

Porto Velho, sábado, 21 de dezembro de 1996

6 - Cidade



Cimi denuncia descaso dos órgãos de fiscalização

Diante da falta de fiscalização nas reservas indígenas em Rondônia, o Conselho Indigenista Missionário - Cimi, denunciou esta semana ao Paineiro de Inspeção do Banco Mundial, e a outras entidades não governamentais, que as atividades acordadas - por ocasião das visitas das Missões do banco - emergenciais para situações que envolvem as áreas Uru-Eu-Wau-Wau, Karipuna, Mequens, como pré-condição inadiáveis para a eventual extensão e formulação do Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia - Planaflo, não estão sendo cumpridas, pelos órgãos governamentais.

"É injustificável que as seguintes situações permaneçam, sem fiscalização, desintrusão, assentamento, constituindo isto uma ameaça a sobrevivência física e cultural dos povos", disse o coordenador do Cimi, Volmir Bavaresco, lembrando que uma das condições para renovação do Planaflo foi a desintrusão imediata das áreas indígenas, incluindo-se mais não limitando-se as Áreas Indígenas Uru-Eu-Wau-Wau, Pad Burareiro, e os 42 invasores da Área Indígena Mequens.

Bavaresco falou também que a falta de fiscalização e desintrusão tem favorecido o aumento das invasões na área indígena, conforme as várias denúncias realizadas. O Cimi, desde março vem denunciando a acentuada invasão na área indígena Uru-Eu-Wau-Wau que tem se constituído em verdadeiro loteamento realizado por profissionais da grilagem de terras em RO, incentivado por políticos, fazendeiros e madeireiros.

Informações da equipe que esteve no local consta que na lista dos invasores está o secretário de Educação de Monte Negro, um delegado da Polícia Civil e um funcionário do Incra de Ji-Paraná isto de acordo com informações dos invasores.

"Entre as ilegalidades citamos a da retirada da madeira das áreas indígenas e o corte do mogno sem que os órgãos encarregados da fiscalização tomem as necessárias providências. As poucas ações de fiscalização realizadas são ineficazes, pois acontecem em épocas inoportunas, sempre favorecendo os invasores e madeireiros", enfatizou Bavaresco.

Um exemplo das fiscalizações que ocorreram, foi a última, realizada no dia 26 de novembro com o objetivo de surpreender os madeireiros. Na época das chuvas e que portanto a maioria já havia se retirado é que foram liberados recursos. "Consideramos que a ação desse tipo serve para

garantir a defesa e o território dos povos indígenas. Que há vários meses havia denunciado a situação e sem que nenhuma providência fosse tomada.

"Ironicamente o local escolhido para fiscalização da área não foi correspondida a Zona de maior conflito", criticou o coordenador do Cimi.

Segundo Bavaresco, só depois da prisão do Cimi e da Funai é que foi realizada a fiscalização no local de maior tensão. "Lembramos ainda que a Área Indígena Rio Mequens foi demarcada no início de 95, e após dois anos os invasores continu-

am na área e a proposta do ano de 1995, e após dois anos os invasores continuam na área e a proposta do Incra para assentamento dos invasores é encontrar área no ano de 1997 e a retirada dos invasores só em 1998, quando na verdade foi condição para início do Planaflo".

Diante da inadimplência do Planaflo com todos os órgãos conveniados, coordenador do Cimi garantiu que irá acionar os segmentos interessados a pressionarem os representantes do Banco Mundial, para que fatos dessa natureza não mais aconteçam nas áreas indígenas.

